



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1748 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

?Avaliação da Educação Básica em São Gonçalo ? RJ em análise: para além dos indicadores de qualidade das avaliações externas?

Graciane de Souza Rocha Volotão - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O estudo discute o termo qualidade a partir de documentos oficiais e acadêmicos e as políticas educacionais que sob a influência das orientações internacionais envolvem as redes públicas na perseguição da excelência por meio das avaliações externas. Nesse contexto, realiza um recorte no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, apresentando os resultados da avaliação local AESG (Avaliação Educacional de São Gonçalo), os resultados com as notas obtidas na Prova Brasil. Mediante à análise documental de cunho qualitativo baseada em pesquisa bibliográfica, propõe um aprofundamento do debate sobre a qualidade da educação em uma perspectiva mais ampliada de formação integral para a democracia.

“Avaliação da Educação Básica em São Gonçalo – RJ em análise: para além dos indicadores de qualidade das avaliações externas”

RESUMO

O estudo discute o termo qualidade a partir de documentos oficiais e acadêmicos e as políticas educacionais que sob a influência das orientações internacionais envolvem as redes públicas na perseguição da excelência por meio das avaliações externas. Nesse contexto, realiza um recorte no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, apresentando os resultados da avaliação local AESG (Avaliação Educacional de São Gonçalo), os resultados com as notas obtidas na Prova Brasil. Mediante à análise documental de cunho qualitativo baseada em pesquisa bibliográfica, propõe um aprofundamento do debate sobre a qualidade da educação em uma perspectiva mais ampliada de formação integral para a democracia.

Palavras-chave: Política educacional. Qualidade. Avaliação externa. IDEB.

“Avaliação da Educação Básica em São Gonçalo – RJ em análise: para além dos indicadores de qualidade das avaliações externas”

Introdução

Em tempos difíceis, entre reformas educacionais e bases curriculares que tendem a padronizar conhecimentos, o estudo sobre a função da escola e do que a define como de qualidade, encontrado em documentos oficiais, acadêmicos e de movimentos sociais que investem nessa significação, são fundamentais para investigar e datar a implementação das políticas públicas na educação, questionando-as e registrando as resistências.

Diante da polissemia da palavra, Esteban (2008) apresenta, a qualidade pela plasticidade que a envolve onde permite “a rápida construção de um consenso por criar a ideia de agregação em torno de compromissos comuns”. A qualidade professada convive com paradigmas ora para uma inclusão democrática, ora para a excelência. Torna-se, então, fundamental a lembrança da não neutralidade da educação, como afirma Freire (1992) que “não há e nunca houve, em

nenhum espaço e tempo uma prática educativa neutra”.

Nessa lógica, alerta Fonseca (2001) sobre as consequências políticas que a cooperação do BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) acarreta à educação, estando como alvo principal os professores, administradores e especialistas escolares, e que a forma sutil das políticas sugeridas ao quadro institucional brasileiro merece ser considerada com mais atenção no âmbito acadêmico.

Afirma Fonseca (2001) que as políticas educacionais se definem conforme a “evolução do projeto econômico do Banco” e que alguns dos ideais como, “igualdade de oportunidades, participação, descentralização e autonomia” cultivados no âmbito educacional tomam novas redefinições “de acordo com a lógica da racionalidade econômica”. Como muitas instituições de fomento à educação, explica Fonseca (2001) o BIRD, também atrela o financiamento “às chamadas condicionalidades ou adesão prévia às suas políticas internas”. Por meio de um modelo de empréstimo, o Banco Mundial, passa “a participar mais ativamente das decisões”, fundamentando “através de pesquisas e estudos na área social”. Tais pesquisas são direcionadas, com a finalidade de influenciar os projetos que financia e a “agenda política dos países tomadores”.

Quanto ao financiamento, continua Fonseca (2001) esclarecendo que o Banco Mundial definiu um conjunto de políticas no âmbito educacional, com duas tendências, a primeira quanto à vinculação dos objetivos educacionais à política econômica do Banco para a inserção no mercado de trabalho e a segunda, destinada ao aumento da oferta da educação para a população mais atingida pela pobreza. Como sugestão para a garantia da autonomia das escolas, sugere “modelos gerenciais eficientes; a avaliação externa teria o objetivo de garantir a qualidade da educação, pela sua capacidade de gerar competitividade entre os estabelecimentos de ensino”. A universalização da escola no Brasil chegou a todos e todas, apenas nos anos iniciais, em 1997 e esse “modelo autoritário de qualidade” se contradiz com a herança histórica de exclusão, onde o reconhecimento das desigualdades é fundamental, porém nesse cenário analisa Oliveira (2015):

Embora o próprio governo reconheça o quadro de desigualdade que se expressa em termos regionais e internamente aos sistemas escolares, utiliza as mesmas regras e mecanismos de controle e regulação para o conjunto das escolas no sentido de monitorar sua eficiência, baseada no mérito acadêmico. As avaliações em larga escala são aplicadas em todas as escolas do Brasil, aferindo o indicador de desempenho com base no resultado dos testes realizados pelos alunos, o Ideb, o que tem tido graves repercussões sobre os estudantes, os professores e as escolas. (OLIVEIRA, 2015, p. 639).

Ao se dedicarem aos sistemas de avaliação em larga escala, os governos proferem que assim estão se empenhando para qualidade na educação e que podem com os resultados aferir o investimento do dinheiro público, trazendo à população uma prestação de serviço que busca a eficiência. Contudo, continua Oliveira (2015) que ao focarem a melhoria do desempenho, apenas nos resultados finais desses exames, não consideram o processo da aprendizagem e as “desigualdades de condições, resultantes das particularidades regionais do contexto federativo”.

Na atualidade, reforça Oliveira (2015) que o contexto político encaminha a conceituação de qualidade na lógica da eficiência e da produtividade, conduzida pela Nova Gestão Pública que em “âmbito global culminou na crítica à modernidade e às suas formas de expressão e estruturas, sendo o Estado uma de suas mais importantes instituições”. Em defesa da ampliação do direito à educação pública e gratuita, democrática e de qualidade há nos movimentos sociais críticas à burocracia a estrutura rígida e centralizada na gestão da educação. Diante de tais críticas, os governos justificam “a modernização da administração pública como resposta aos reclamos por maior transparência, estruturas mais democráticas e flexíveis e maior eficiência”. (Oliveira, 2015, p.632)

A partir da análise do conceito de qualidade e sua polissemia, cabe questionar: Investir recursos e adotar estratégias de testagens para elevar as médias do IDEB garante a qualidade da educação? Qual a definição de qualidade da educação para a Rede de São Gonçalo?

A experiência com avaliação externa local

A qualidade da educação vem sendo mensurada pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), fornecendo dados sobre a qualidade das aprendizagens dos alunos nas escolas e, conseqüentemente, dos sistemas educacionais do Brasil. As Redes Públicas vêm com isso, envidando esforços para se manterem ou não caírem no ranqueamento provocado pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criando políticas educacionais que buscam alcançar as metas e a qualidade proferida, se mobilizando por meio de estratégias e de mecanismos que possam apresentar indicadores sobre a qualidade do ensino prestado nas escolas.

Em São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, acompanhando outros sistemas educacionais brasileiros, foram criadas as avaliações: AESG (Avaliação Educacional de São Gonçalo) para verificar o aprendizado dos estudantes dos 4º e 8º anos do Ensino Fundamental, com a finalidade de avaliar os anos que antecedem a Prova Brasil, que são aplicadas nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Com base nas informações da Secretaria de Educação, participaram da AESG, um total de 4.266 alunos dos 4º anos e 1.428 dos 8º anos, totalizando 48,1% dos alunos matriculados nesses anos de escolaridade. A AESG foi aplicada, segundo a SEMED, em todas as escolas da rede que ofereciam os quartos e oitavos anos do Ensino Fundamental e seus estudantes foram avaliados.

Na Prova Brasil de 2015, ao comparar com os desempenhos indicados em 2013, há uma pequena variação nas notas e médias, conforme informações consolidadas pela equipe da SEMED:

	Nota Prova Brasil - 2013			Nota Prova Brasil – 2015		
	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)
ANOS INICIAIS	196,36	182,56	5,03	201,88	194,57	5,35
	Nota Prova Brasil - 2013			Nota Prova Brasil – 2015		
	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)
ANOS FINAIS	234,55	230,37	4,42	240,67	239,24	4,67

Fonte: SEMED

Os dados mostram que não houve melhoria de grande impacto em relação à aprendizagem dos alunos e nas médias do IDEB mensuradas nessa padronização com a aplicação de uma avaliação externa local. Segundo o Inep a iniciativa surgiu para promover a qualidade da educação, e o IDEB mensura o fluxo escolar e as médias de desempenhos nas avaliações, indicadores que o instituto julga igualmente importantes.

De acordo com a escala de desempenho medida pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que vai do nível 1 ao nível 9, os alunos de São Gonçalo obtiveram aumento no escalonamento apenas em Língua Portuguesa nos anos finais, conforme observados na tabela fornecida pela SEMED abaixo (2013 e 2015):

Anos	Língua Portuguesa		Matemática	
	2013	2015	2013	2015
Iniciais	Nível 3	Nível 3	Nível 5	Nível 5
Finais	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 5

Fonte: SEMED

Segundo o Inep, as avaliações externas possibilitam traçar metas de qualidade educacional para os sistemas, com a combinação entre fluxo e aprendizagem, alertando, por meio das medidas, se há necessidade de melhoria no sistema, sendo defendido como um importante indutor de políticas públicas.

Considerações

Assim, por vezes, a relação entre avaliação e qualidade da educação é reconhecida linearmente, acreditando-se que a avaliação por si só é geradora de melhoria da qualidade educacional. Tal proposição, sob a ótica do controle, principalmente com o foco nas avaliações externas, encontra eco em um sistema que se anuncia como eficiente no projeto econômico, em detrimento a uma referência de qualidade em uma perspectiva mais ampliada.

Na realização do confronto entre as diferentes concepções de qualidade, a partir da análise dos indicadores, pode-se parcialmente presumir, que essas políticas não exercem um impacto considerável na aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva, há elevada importância para uma ampliada discussão sobre a qualidade para além dos indicadores das avaliações externas no campo das políticas públicas educacionais. E ainda uma maior abertura desse debate, não apenas pelos governos, gestores e especialistas, mas especialmente em um aprofundamento desse entendimento na escola e pelos seus atores, dentro das desigualdades que estão inseridos, em um empoderamento na investigação do que consideram qualidade da educação

Referências

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, Jean. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Vozes, 2010.

ESTEBAN, M. T. *Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação*. Revista Portuguesa de Educação, pp. 5-31, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, M. *A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: redefinindo o papel da educação e do professor*. Linhas Críticas, Brasília, v. 7. Nº 12, jan./jun., 2001.

INEP -. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira* Ministério da Educação. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>> Acesso em: abril de 2018.

OLIVEIRA, D. A. *Nova Gestão Pública e Governos Democrático-Populares*: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set.,2015